

PROJETO DE LEI Nº 2.956 DE 2000



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:  
(DO SR. ANTONIO JOSÉ MOTA)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:  
Modifica a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, obrigando à inserção de mensagem de advertência em produtos que utilizem logotipo, logomarca ou slogan relativo a produtos fumíferos.

DESPACHO:  
19/05/2000 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.846, DE 1994.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:  
AO ARQUIVO, EM 07/06/00

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
URGÊNCIA - ART. 64 - CF	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.956, DE 2000  
(DO SR. ANTONIO JOSÉ MOTA)

Modifica a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, obrigando à inserção de mensagem de advertência em produtos que utilizem logotipo, logomarca ou slogan relativo a produtos fumíferos.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.846, DE 1994.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei modifica a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal”, obrigando à inserção de mensagem de advertência em produtos que utilizem logotipo, logomarca ou slogan relativo a produtos fumíferos, diretamente ou em sua embalagem, invólucro ou etiqueta.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar aditado do seguinte parágrafo:

“Art. 3º .....

.....

§ 3º A Os produtos que utilizarem logotipo, logomarca ou slogan relativo a produtos fumíferos, diretamente ou em sua embalagem, invólucro ou etiqueta, conterão a advertência de que trata o § 2º.

.....”.



Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.294/96, que limita a publicidade de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, representou uma conquista da sociedade brasileira, pondo fim a desmandos e exageros na propaganda desses produtos, em especial através do rádio e da televisão.

Não se trata, porém, de um texto definitivo, na medida em que deixa inúmeras brechas a serem exploradas pelas agências de propaganda. Entre estas, preocupa-nos a possibilidade de usar produtos não alcançados pela citada Lei para servir de suporte à divulgação do logotipo e da marca de cigarros e outros produtos fumíferos.

Não se trata de especulação descabida. Algumas das marcas mais conhecidas licenciam sua identificação para uso em camisetas, bonés, macacões, roupas, baldes de gelo, isqueiros, cinzeiros, chaveiros, material de escritório e outros produtos não alcançados pela Lei.

No sentido de reprimir essa prática comercial que, a nosso ver, viola o espírito da Lei nº 9.294/96, oferecemos esta proposição, que estende a obrigação de colocar mensagem de advertência quanto aos danos do tabaco em todos os produtos que venham a utilizar-se de logotipo, marca ou slogan de cigarros e de outros produtos fumíferos.

Em vista da importância do tema, solicitamos aos nobres Pares o apoio indispensável à aprovação da proposta.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 2000.

  
Deputado ANTÔNIO JOSÉ MOTA



Lote: 76 Caixa: 169  
PL N° 2956/2000  
3

PLENÁRIO - RECEBIDO  
Em 03 / 05 / 00 às 17:45 hs  
Nome Pedro  
Ponto 3290

# CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

---

## TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

---

### CAPÍTULO V DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS—CeDI



§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

.....  
.....





**LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996.**

DISPÕE SOBRE AS RESTRIÇÕES AO USO  
E À PROPAGANDA DE PRODUTOS  
FUMÍGEROS, BEBIDAS ALCOÓLICAS,  
MEDICAMENTOS, TERAPIAS E  
DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, NOS TERMOS  
DO § 4º DO ART. 220 DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL.

.....

Art. 3º A propaganda comercial dos produtos referidos no artigo anterior somente será permitida nas emissoras de rádio e televisão no horário compreendido entre as vinte e uma e as seis horas.

§ 1º A propaganda comercial dos produtos referidos neste artigo deverá ajustar-se aos seguintes princípios:

I - não sugerir o consumo exagerado ou irresponsável, nem a indução ao bem-estar ou saúde, ou fazer associação a celebrações cívicas ou religiosas;

II - não induzir as pessoas ao consumo, atribuindo aos produtos propriedades calmantes ou estimulantes, que reduzam a fadiga ou a tensão, ou qualquer efeito similar;

III - não associar idéias ou imagens de maior êxito na sexualidade das pessoas, insinuando o aumento de virilidade ou feminilidade de pessoas fumantes;

IV - não associar o uso do produto à prática de esportes olímpicos, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas ou ilegais;

V - não empregar imperativos que induzam diretamente ao consumo;

VI - não incluir, na radiodifusão de sons ou de sons e imagens, a participação de crianças ou adolescentes, nem a eles dirigir-se.

§ 2º A propaganda conterà, nos meios de comunicação e em função de suas características, advertência escrita e/ou falada sobre os malefícios do fumo, através das seguintes frases, usadas seqüencialmente, de forma simultânea ou rotativa, nesta ultima hipótese devendo variar no máximo a



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS—CeDI



cada cinco meses, todas precedidas da afirmação "O Ministério da Saúde Adverte":

- I - fumar pode causar doenças do coração e derrame cerebral;
- II - fumar pode causar câncer do pulmão, bronquite crônica e enfisema pulmonar;
- III - fumar durante a gravidez pode prejudicar o bebê;
- IV - quem fuma adoece mais de úlcera do estômago;
- V - evite fumar na presença de crianças;
- VI - fumar provoca diversos males à sua saúde.

§ 3º As embalagens, exceto se destinadas à exportação, os pôsteres, painéis ou cartazes, jornais e revistas que façam difusão ou propaganda dos produtos referidos no art. 2º conterão a advertência mencionada no parágrafo anterior.

§ 4º Nas embalagens, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão seqüencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, inseridas, de forma legível e ostensivamente destacada, em uma dos laterais dos maços, carteiras ou pacotes que sejam habitualmente comercializados diretamente ao consumidor.

§ 5º Nos pôsteres, painéis, cartazes, jornais e revistas, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão seqüencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese variando no máximo a cada cinco meses, devendo ser escritas de forma legível e ostensiva.

**\*Vide Medida Provisória nº 2.000-15, de 11 de abril de 2000.**

.....

.....





**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.000-15, DE 11 DE ABRIL DE 2000.**

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.782,  
DE 26 DE JANEIRO DE 1999, QUE DEFINE  
O SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA  
SANITÁRIA, CRIA A AGÊNCIA  
NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe  
confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com  
força de lei:

.....

Art. 7º Os arts. 2º e 3º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996,  
passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§ 2º É vedado o uso dos produtos mencionados no **caput** nas  
aeronaves e veículos de transporte coletivo." (NR)

"Art. 3º .....

.....

§ 2º A propaganda conterà, nos meios de comunicação e em  
função de suas características, advertência, sempre que  
possível falada e escrita, sobre os malefícios do fumo, bebidas  
alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas,  
segundo frases estabelecidas pelo Ministério da Saúde, usadas  
seqüencialmente, de forma simultânea ou rotativa.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI



§ 6º A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para impedir a veiculação de propaganda enganosa de produtos e serviços submetidos ao seu controle, poderá exigir apresentação prévia de cópias das peças publicitárias referentes a esses produtos e serviços, conforme regulamento aprovado pela sua Diretoria Colegiada." (NR)

---

Brasília, 11 de abril de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Barjas Negri  
Martus Tavares





CÂMARA DOS DEPUTADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO**  
(Do Sr. Jutahy Júnior)

*De fno; publique-se.  
Em 13/06/00.*

*Presidente*

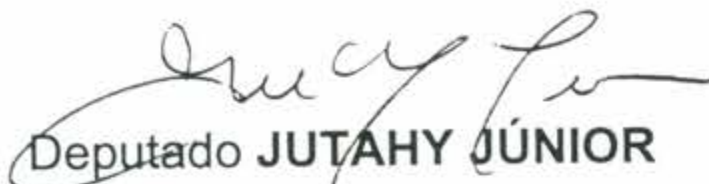
Senhor Presidente,

Em adendo ao requerimento anteriormente apresentado, requeiro a V. Exa., nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, que sejam desapensados os Projetos de Lei nºs 3.310/97, 112/99, 844/99, 1.600/99, 2.344/2000, 2.734/2000 e 2.956/2000, do Projeto de Lei nº 4.846/94, do Sr. Francisco Silva, que "Estabelece medidas destinadas a restringir o consumo de bebidas alcoólicas", e que os mesmos tramitem em conjunto.

**JUSTIFICATIVA**

Os referidos projetos de lei apensados ao PL nº 4.846/94 tratam especificamente da proibição de publicidade de cigarros nos meios de comunicação, sendo extremamente prudente e racional que sua tramitação ocorra separadamente. Tanto o consumo e a propaganda de bebidas alcóolicas como a de cigarros são assuntos que por sua complexidade não deverão ser analisados em conjunto. Por essa razão, cuidando as referidas proposições apenas e tão somente de proibir a publicidade de cigarros, não há razão para estarem apensadas ao PL 4.846/94.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2000

  
Deputado **JUTAHY JÚNIOR**  
PSDB/BA